



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Casa de Eptácio Pessoa"  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 6ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2024.

Às nove horas do dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, Mini Plenário Judivan Cabral, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do Deputado João Gonçalves, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou a Deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos. O Presidente concedeu a palavra à Secretária para que fosse lido o ato de convocação, publicado no dia 20 de março do corrente ano, e fosse lida a ementa da Ata da 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 12 de março do corrente ano e da Ata da 5ª Reunião Ordinária Declaratória, ocorrida no dia 19 de março de 2024. Depois, o Presidente as colocou em discussão e votação, ocasião em que ambas foram aprovadas sem restrições, sem discussão e por unanimidade. Estiveram presentes à Sessão, além dos Deputados já citados, os Deputados Chico Mendes, como membro titular, e Wilson Filho, por videoconferência (também membro titular). Após tais procedimentos e registros, os membros da Comissão analisaram os seguintes itens da pauta: Item A – Matérias Prejudicadas em conformidade com o Art. 163, Da



Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno). Na ocasião, para fins de registro em Ata, o Secretário leu as seguintes matérias prejudicadas: 1493/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Educação Tecnológica e Digital para a Inclusão Social da Melhor Idade no Estado. Recebido na Comissão: 20/12/2023 Relator: Deputado João Gonçalves Matéria Prejudicada pela Lei 11.663/2020 1496/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Dispõe sobre a instituição de cursos gratuitos destinados à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos emergenciais a crianças de zero a seis anos e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelo PLO 1.103/2023 1498/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui o projeto Preparando para o Futuro na Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba. Recebido na Comissão: 20/12/2023 Matéria Prejudicada pelo PLO 128/2023 1499/2023 – Do Deputado Branco Mendes - Dispõe sobre a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino estadual e privado do estado da Paraíba, e dá outras providências. Recebido na Comissão: 20/12/2023 Matéria Prejudicada pelo PLO 1.349/2023 1500/2023 – Do Deputado Branco Mendes - Dispõe sobre melhorias na segurança dos aplicativos que acessem os serviços bancários em dispositivos móveis, no estado da Paraíba, e dá outras providências. Recebido na Comissão: 20/12/2023 Relator: Deputado Felipe Leitão Matéria Prejudicada pelo PLO 1.343/2023 1501/2023 – Do Deputado Branco Mendes - Dispõe sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos poderes públicos estaduais da Paraíba, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pela Lei 10.725/16 1502/2023 – Do Deputado Branco Mendes - Institui a semana de enfrentamento à pedofilia, à violência, ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, no calendário oficial de eventos do estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelas Leis 10.586/2015, 7.851/2005 e 6.986/2000 1534/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui a Política de Assistência Psicopedagógica nas instituições públicas estaduais de ensino infantil, fundamental e médio no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pelo PLO 1.494/2023. Item B – Matérias que dispensam a deliberação do plenário: 1518/2023 – Da Deputada Cida Ramos - Declara de utilidade pública estadual

o instituto caminhar, no estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item C – Projetos de Lei Ordinária. PLO nº 1892/2024 - Da Defensoria Pública - Fixa o subsídio mensal dos Membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wilson Filho, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item D – Veto Nº: 071/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 652/2023, por inconstitucionalidade, de autoria do Deputado Júnior Araújo que "Determina a preferência da disposição de assentos para mulheres que viajam desacompanhadas em ônibus intermunicipais e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado Wilson Filho, que, após pedido de vista, proferiu Parecer pela rejeição do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Presidente encerrou a presente reunião. Lavrou a presente Ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário Judivan Cabral, João Pessoa, 20 de março de 2024.

Deputado Wilson Filho  
Presidente

